

CIBERNÉTICA SOCIAL: O CONTROLE

A cibernética, dado o destaque que confere à auto-regulação do controle e à comunicação, deveria, a julgar pelas aparências, ter muita coisa a dizer quanto ao controle numa sociedade. Não nos esqueçamos, todavia, que termo como «controle automático» e «auto-regulação», quando aplicados a máquinas, têm o bom senso como ponto de referência; isto é, referem-se a máquinas que funcionam sem a intervenção humana. Por outro lado, quando falamos em sistemas humanos ou sociais, em que o próprio homem faz parte do sistema, o conceito de «auto-regulação» poderá ser enganoso, se não se estabelecer o referente em relação ao qual se faz a automatização. Mesmo assim, a concepção de que um sistema sociocultural é auto-regulador, não pode garantir que os mecanismos estabilizadores ou de controle adaptativo venham a funcionar automaticamente quando ocorrerem «distúrbios» no sistema. É necessário considerar a possibilidade de um tal sistema passar a gerar e a manter forças aberrantes e desorganizadoras de maneira tão «automática» quanto a que gera mecanismos de conformismo e organização. Um sistema auto-regulador só o é dentro de certos limites e, mesmo assim, sem nenhuma garantia.

Convém também distinguir entre a auto-regulação que tende a manter uma estrutura na sua forma essencial, e o auto-governo do próprio sistema, que pode ou deve implicar a mudança frequente dos particularismos da estrutura.

Há que atender ainda a que o controle social não é parte separada de um sistema, mas inerente às inter-relações entre os elementos que o compõem. Na melhor das hipóteses, o controle está apenas parcialmente pré-programado na estrutura do sistema através da existência de perturbações ou aberrações particulares; parte importante desse controle é regulado pelo desajuste existente entre o que de facto acontece e o que devia estar acontecendo, isto, porque o sistema processa continuamente, mediante circuitos de retroacção, a informação sobre o seu próprio estado e sobre as aberrações que as suas metas originaram. A noção de mecanismos de controle incorporados supõe, por outro lado, uma pré-programação de concepções destinadas a manter determinada estrutura, mas grado certas circunstâncias possam exigir mudanças dessa estrutura em nome de uma flexibilidade adaptativa maior.

Negar a existência de mecanismos especiais de controle não é minimizar o papel das pressões de grupo na produção de uniformidade, ou o da socialização na promoção de comportamento ordeiro, mas reconhecer que essas socializações e aquelas pressões são também responsáveis pelo efeito contrário.

A não especificidade de mecanismos de controle faz com que a adesão ao comportamento patrocinado socialmente conduza a «prêmios» eventuais e não a «recompensas» imediatas, assim como o comportamento aberrante conduz a «penalidades» e não a «castigos». Assim, é a própria adopção de comportamentos canalizados que lhes demonstra a «validade», isto é, as transacções envolvidas geram a informação que sustenta o prosseguimento da acção.

CIBERNÉTICA DO CONTROLO

Um dos conceitos mais ubíquos dos modelos cibernetéticos é o de sistema retroactivo de regulação de erros, no qual, podemos distinguir, nesta aplicação, 5 etapas: (1) um centro de controle que estabelece os objectivos desejados e os meios de os atingir; (2) órgãos administrativos que transformam em acções as decisões relativas aos objectivos e aos meios e do que resultam certos efeitos sobre o sistema e o seu meio; (3) registo da informação sobre esses efeitos, que

retroage sobre o centro de controle (4) este último verifica o novo estado do sistema confrontando-o com os objectivos desejados para medir o erro ou desvio da resposta do sistema; (5) se o erro exceder os limites fixados pelos objectivos, o centro de controle comanda a execução de acções correctivas.

CRITICA AO MODELO

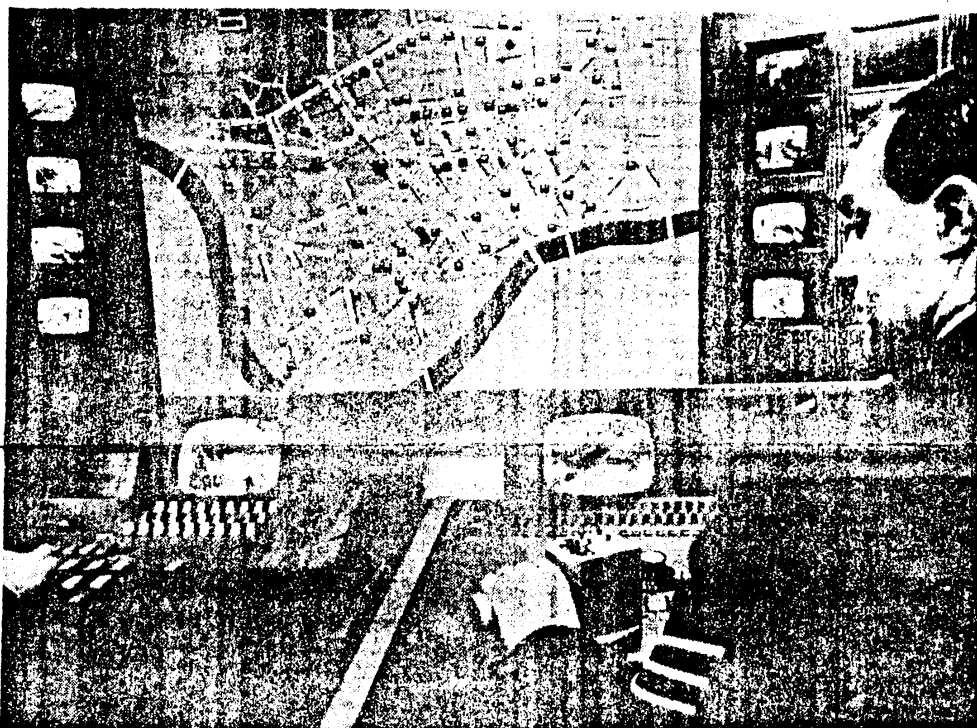
Analisando a primeira etapa do modelo da retroacção aplicado a um sistema social, topamos imediatamente alguns problemas essenciais. Haverá um centro

amplitude, escassa relação com os fins procurados. Resta ainda saber se as principais acções sobre o sistema procedem sempre, dos centros oficiais de decisão. Coloca-se aqui o problema de averiguar qual o papel das decisões relativas a objectivos intencionais e planeados, oficiais, em relação à soma de grande número de decisões, individuais ou de grupo, que podem ser determinantes do estado do sistema. Será o modelo retroactivo relevante apenas no caso de sociedades ou organizações com um alto grau de planeamento centralizado?

Na segunda etapa do modelo, as decisões são traduzidas por um aparelho administrativo, em actividades concretas e regras de acção, que deverão ser ex-

mente a informação de retorno no centro ou centros de controle, surgem as seguintes dificuldades em averiguar as desproporções entre os resultados pretendidos e as metas estabelecidas. Poderão associar-se as informações recebidas às metas propostas? Foram as metas originais especificadas de maneira suficientemente concreta e sem ambiguidades para permitir uma avaliação significativa dos resultados? Não será parte da informação acéste com demasiada facilidade indolente de êxito, e outra parte rejeitada à pressa como insuficiente para estabelecer o diálogo?

Finalmente, a última etapa, a da tomada de medidas correctivas, traz-nos de volta aos problemas da primeira,



de controle numa sociedade que possa ser validamente tomado como foco das decisões sobre as metas sociais? Serão elas as únicas a exercer efeitos significativos sobre o sistema e o seu meio? Se qualquer das respostas for negativa, não podemos fechar o ciclo de retroacção sem determinar os outros centros importantes de decisão ou as fontes de efeitos importantes sobre o sistema, e seu efeito conjunto em todo o ciclo. Se diversos circuitos retroactivos circularem pelo sistema simultaneamente, e não forem independentes, a sua análise pode tornar-se então inextricável.

Pressupondo que conhecemos o centro ou os centros de controle, surgem ainda problemas na interpretação dos objectivos, e das hierarquias de preferências necessárias à resolução de incompatibilidades entre os meios escolhidos. Os governos, por exemplo, estabelecem frequentemente metas que não são mais que a expressão de valores muito vagos em termos igualmente vagos das prioridades das circunstâncias, confrontando desse modo as especificações dos critérios concretos utilizados ou a utilizar para avaliar do êxito ou fracasso das medidas e metas propostas; evitam também o estabelecimento de escalas de preferência para diferentes metas, e finalmente indagam se são compatíveis umas com as outras; por essas e outras razões, os meios escolhidos parecem ter,

custar por ainda um outro conjunto de grupos e indivíduos. Estas etapas intermédias não estão de modo algum isentas de afastamentos em relação às decisões originais, e põe-se a questão de se o modelo idealizado, para além de um controle unificado, não pressupõe também uma transformação infalível e automática dessas decisões em acções finais.

A consideração dos problemas da terceira etapa, a da execução e retroacção de informação sobre os desvios em relação aos objectivos, toca um ponto especialmente sensível, dada a grande suscetibilidade ou impropriedade de processos científicos e metodológicos indispensáveis a tarefas de recolha e classificação dessa informação. Não somente faz falta uma teoria sociológica ou as estruturas conceptuais capazes de fornecerem uma orientação para a determinação das consequências importantes das decisões e suas reverberações através da sociedade, como ainda há que saber investigar, sem compromissos, as consequências análogas dessas decisões. Por outro lado, depurações e intervalos de tempo, frequentemente longos, que medeiam entre uma acção e as manifestações palpáveis das suas consequências, bem como a dificuldade em destricotar as duas acções anteriores e subsequentes.

Por fim, mesmo que se ignore o problema da transmissão completa e rápida-

acrescentando-lhes outros, dos quais o mais grave é o de decidir até que ponto a resposta final viável para o sistema não será a mudança dos objectivos decretados pelos centros de controle.

LUIS MONIZ PEREIRA

LEITURAS

- 1 — BUCKLEY, W. — A Sociologia e a moderna teoria dos sistemas. Cultrix 1971. Original, Prentice Hall, 1967.
- 2 — BUCKLEY, W. (ed.) — Modern systems theory for the behavioral scientist. Alpine Press 1967.
- 3 — YOUNG, O. — Introdução à análise de sistemas políticos. Zahar 1970. Original, Systems of Political Science, Prentice Hall 1966.
- 4 — DEUTSCH, K. — Os nervos do governo. Bloch 1971. Original, The Free Press 1966.
- 5 — EASTON, D. (ed.) — Modalidades de análise política. Zahar 1970. Original, Varieties of political theory, Prentice-Hall, 1966.
- 6 — EASTON, D. — Uma teoria de análise política. Zahar 1968. Original, A framework for political analysis, Prentice-Hall, 1965.